



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SOROCABA— Nº 03/2022, DE 17/02/2022 — PREVIDÊNCIA —**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, por videoconferência pelo aplicativo *GoogleMeet*, considerando o Decreto nº 26.828, de 05 de janeiro de 2022, que prorrogou o estado de calamidade pública no município de Sorocaba até 31/03/2022, bem como a recomendação do distanciamento social, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus). **SEÇÃO – I – FASE DE EXPEDIENTE** (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: José Antonio de Oliveira Júnior, Gêmina Maria Pires e Cilsa Regina Guedes Silva. Participou também, como convidado, o Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, membro suplente do Comitê de Investimento. As Sras. Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, Maria do Socorro Souza Lima e Ana Paula Favero Sakano justificaram, previamente, a ausência nesta reunião. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. **SEÇÃO – II: APRECIACÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS** (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020). **ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE JANEIRO/2022:** Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Janeiro/2022. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.005.372.117,33 e que houve retorno negativo de -R\$9.280.675,34 correspondente a -0,46% e, dessa forma, abaixo da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 0,95%, uma distância de 1,41% da meta, sendo este também o acumulado do ano. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa era de R\$1.209.404.689,52 e, neste segmento, houve retorno de R\$5.123.052,86, o que representou 0,43%. Destacou que o ativo, de renda fixa, em que houve maior retorno percentual foram os Títulos Públicos, com marcação na curva de juros, com retorno de 0,94%, bem próximo à meta de rentabilidade do mês (0,95%), mesmo com aportes ocorridos no decorrer do mês. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, evidenciando o retorno de 1,13% dos papéis que foram adquiridos em Dezembro/2021 e, portanto, retorno do mês todo. Apresentou o detalhamento da carteira de títulos públicos e esclareceu que a taxa média da carteira está em IPCA+5,77%a.a. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$639.460.851,06, com retorno de R\$7.404.200,59, o que representou 1,17%. Destacou que fundos de renda variável atrelados ao mercado interno apresentaram rentabilidade positiva, especialmente, aqueles indexados ao Ibovespa. Por outro lado, os fundos de renda variável vinculados ao S&P500, tiveram rentabilidade negativa. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$156.506.576,75, com retorno negativo de -R\$21.807.928,79, o que corresponde a -12,23%. **ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente esclareceu que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiaram a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM elevou a SELIC em 10,75 % a.a., em sua última reunião, ainda em movimento de alta para conter



a crescente inflação. Este movimento de alta, iniciado em março/2021, saindo de uma Selic de 2%a.a., tem impactado os preços dos títulos públicos. Por um lado, oportunidades de aplicação direta nestes Títulos para carregar na marcação pela curva de juros, por outro, há a desvalorização dos fundos que são marcados a mercado. A próxima reunião do COPOM está prevista para 15 e 16 de março/22 e a expectativa do mercado está em torno dos próximos movimentos e, também, a respeito do momento do fim do ciclo de alta de juros. Segundo o Boletim FOCUS, a expectativa de SELIC para final de 2022 é de 12,25%. Além da questão da taxa de juros no Brasil, o mercado, a nível global, também aguarda o movimento de alta de taxa de juros a ser definido pelo FOMC, o Comitê de Política Monetária Norte Americano. A sinalização é de que o início da alta de juros ocorra a partir da próxima reunião, prevista, também, para os dias 15 e 16 de março/22. As expectativas estão em torno da forma como se dará esta elevação: em quantas vezes e em que percentuais aumentará. O mercado costuma ficar volátil, especialmente, nos dias que antecedem as reuniões dos Comitês de Política Monetária, brasileiro e norte americano. Com a agenda acima indicada, é possível que ocorram oportunidades de novos aportes em Títulos Públicos. A respeito da inflação, que não é um caso isolado do Brasil, o IPCA de Janeiro/2022 foi de 0,54%, em linha com a expectativa de mercado. O acumulado dos últimos 12 meses é de 10,38%. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2022 é de 5,50%, com tendência de aumento. No atual cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2022 (IPCA + 4,95%a.a.), fundos referenciados DI passam a ser oportunidades de alocação interessantes, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que se apresentada para 2022, em função das eleições que se aproximam. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior, pois os fundos que constam em carteira possuem exposição à variação cambial. O dólar encerrou 2021 cotado a R\$5,57 e, em 16/02/2022, chegou a R\$5,13, queda de -7,9% frente ao real. Contudo, a expectativa do mercado, de acordo com o Boletim FOCUS, é que, ao final de 2022, o dólar esteja cotado a R\$5,58. Portanto, perspectiva de valorização frente ao real, o que beneficiaria os fundos de investimento no exterior. O que se observou no mês de janeiro foi um movimento global de rotação dos investimentos, especialmente, do investidor estrangeiro. Houve um movimento de aportes em mercados emergentes, como é o caso de Brasil, especialmente, em empresas ligadas às commodities. O Brasil recebeu 4,5 bilhões de dólares e este investimento foi direcionado, especialmente, às empresas consolidadas. Esta entrada de dólar favoreceu a relação com o real, que se valorizou. Este cenário foi positivo para fundos de renda variável atrelado ao mercado brasileiro, cenário que tende a se manter, ao menos, até os próximos meses, dado o cenário de juros no mercado brasileiro. Por outro lado, a alta de juros esperada pelo mercado global e também o movimento de recursos das empresas de crescimento, como as da área de tecnologia, para empresa de valor, mais consolidadas, foram fatores que prejudicaram o desempenho dos índices internacionais, como é caso do S&P500 e, consecutivamente, os fundos de investimentos que buscam refletir tal índice, além de influenciar os fundos classificados como investimento no exterior. Por fim, informou que as preocupações com o ritmo de recuperação da atividade e a persistência inflacionária permanecem nas principais economias globais. Na última publicação das Perspectivas Econômicas Mundiais do FMI, a projeção de crescimento mundial foi revisada de 4,9 para a 4,4% (A/A) para 2022.

ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: o Sr. Edgar destacou pontos



importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Janeiro/2022, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 13/12/2021, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 15/12/2021 e, também, as operações para o decorrer de 2022 (fluxo de caixa), definidas na reunião do Comitê de Investimentos, em 20/01/2022, aprovada pelo Conselho Administrativo em reunião realizada em 27/01/2022. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos, aprovada para 2022.

ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS: Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação e migração de recursos para o mês de março/2022: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Março/2022, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, e; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), propõe-se que sejam aplicados em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. Na aplicação de títulos públicos, somente poderão ser adquiridos títulos com taxa de juros superiores a meta de rentabilidade (meta atuarial) de 4,95%, estabelecida para 2022 e, além disto, observar oportunidades de alocação compatíveis com aquelas indicadas no Estudo de ALM e os títulos que já integram a carteira, ou seja, com taxa de juros, ao menos, próximas daquelas que já foram adquiridas. Apresentou ainda, um quadro contendo a posição da carteira após as operações sugeridas, evidenciando a manutenção do enquadramento dentro do limite legal e o definido na Política de Investimentos para 2022. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavras aos demais membros para esclarecer eventuais dúvidas acerca das propostas, não havendo manifestação. Isto posto, submeteu à votação as propostas de alocação de recursos sendo aprovadas por unanimidade. Esclareceu que a proposta de aumento do Limite Superior de aplicação em Títulos Públicos Federais, de 30% para 100%, aprovada por este Comitê na última reunião não foi aprovada na reunião do Conselho Administrativo, realizada em 27/01/2022, visto que não houve a composição de quórum qualificado, exigido para sua aprovação.

ITEM 5 – ATUALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: O Sr. Edgar esclareceu que a Portaria MPS nº 519/2011 estabelece que a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento das instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses. Dessa forma, disponibilizou acesso, via *GoogleDrive*, ao processo nº 180/2022, que possui o termo de análise e todos os documentos relativos ao credenciamento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., como administradora e gestora de fundos de investimento. Em seguida, passou a palavra aos membros do Comitê para esclarecer eventuais dúvidas, não havendo pedido de esclarecimento por parte dos membros do Comitê. Em seguida, submeteu à



aprovação a renovação do credenciamento da instituição BB Gestão de Recursos DTVM S.A., como administradora e gestora de fundos de investimento, sendo aprovado por unanimidade. ITEM 6 - ASSUNTOS GERAIS: o Sr. Edgar comentou da importância da certificação profissional dos membros do Comitê de Investimentos, especialmente, em função das exigências contidas na Portaria SEPRT/ME nº 9907/2020, não só para cumprimento do requisito, mas também para enriquecimento do próprio Comitê de Investimentos. Informou que as atuais certificações (CPA10) que foram obtidas até 31/03/2022 serão consideradas e que, a partir de 01/04/2022, quem não as possuir, deverá obter as novas certificações estabelecidas aos membros de Comitê de Investimento do RPPS. Informou que manteve contato com a Sra. Gêmina e Cilsa, as quais estão participando de um curso CPA-10 durante esta semana e agradeceu o empenho de ambas para aprofundar o conhecimento na área e obter a certificação institucional. Após verificar que as pautas da reunião foram tratadas pelo Comitê, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais. O Sr. José Antonio, diretor administrativo e financeiro da FUNSERV, informou que, nas últimas reuniões institucionais realizadas com instituições financeiras, estas elogiaram a qualidade de gestão de investimentos. Dessa forma, agradeceu a todos os membros do Comitê pelo empenho nas atividades e a busca na excelência na gestão dos recursos. Destacou este olhar voltado para o servidor público e lembrou que os recursos que estão sob gestão não pertencem ao RPPS, mas sim aos servidores, visto que devem ser preservados para garantir o pagamento das futuras aposentadorias e pensões. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Informou aos membros que a ata desta reunião, bem como o parecer seguirão, via e-mail, para confirmação de seu conteúdo, conforme previsto no regimento interno (Res. 06/2020 – Art. 10, VIII). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às dez horas e trinta minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento e aprovação dos presentes.-----

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Gestor dos Recursos do RPPS

Presentes na Reunião:

Nome	Função	Assinatura
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular	
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular	
Gêmina Maria Pires	Membro Titular	
Cilsa Regina Guedes da Silva	Membro Titular	
Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira	Membro Suplente	



FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA

FUNSERV